

**ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2017/2019 -  
DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E  
RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FMPRMA**

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a 22ª Reunião Ordinária do CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, biênio 2017 / 2019, na SEMAM, à Praça dos Expedicionários nº 10, 9º andar. Estavam presentes: Sr. Marcos Libório – Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), Sra. Viviane Amaral Ferreira – SEMAM, Sra. Patricia Trindade Do Val, Sr. Lupércio Teixeira Filho, Sr. Domingos Tringali e Sra. Vivian Merola (COMDEMA), Sr. Marcio Paulo (Agente Técnico/SEMAM), Sr. Fernando Santana de Azevedo (Agentes Técnicos/SEMAM). Justificou: Sra. Marly Cimino – COMDEMA. Pauta: 1 - Leitura e aprovação da ata da 21ª Reunião Ordinária; 2 - Deliberação sobre Desassoreamento do Rio Macuco - Caruara; 3 - Deliberação sobre Processo nº 59594/2018-77 - "LEVANTAMENTO SÓCIO ECONÔMICO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO DO CARUARA" - aquisição de equipamentos; 4 - Deliberação sobre proposta do novo Projeto Condomínio Sustentável; 5 – Apresentação e deliberação do Projeto Pescador Ecológico; 6 - Assuntos Gerais. Sr. Marcos Libório iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do compromisso de todos cumprirem o horário. A ata foi aprovada com ressalvas e será enviada à secretária Glaucia para retificá-la. Passou a palavra ao Sr. Fernando, ele explicou que o processo da estação de desassoreamento foi enviado a Delis para empenhar. O presidente disse estar preocupado com época de chuva e foi sugerido pregão eletrônico para agilizar o processo, no valor de R\$100.000. No item seguinte, aquisição de equipamentos a pedido da Sedurb para utilizar o saldo desse processo, finalizado e cujo recurso já foi utilizado, Sr. Fernando sugeriu que a Sedurb faça uma apresentação. O presidente concordou, conversou com o Sr. Ernesto, reconhece a necessidade do **drone**, um dos equipamentos pedidos, para fiscalização, mapeamento, mas consultou cotação de prestação de serviço, assim ficariam isentos de questões legais pela utilização do equipamento e pediu que na apresentação mostrem como será agregado com as necessidades da Semam. O valor é de **R\$92.280**, o saldo é de R\$93.000 e os conselheiros decidiram se deliberam após a apresentação. Sra. Viviane informou sobre os projetos do Condomínio Sustentável, está trabalhando na mesma linha do outro edital e enviará para a manifestação do Projur, a fim de continuar nos bairros além da orla, que já foram contemplados. A Concidadania trouxe proposta no valor de R\$215.000, o edital será aberto a outras participantes e o presidente explicou que a prorrogação foi negada, mas a estratégia deve continuar, interpretada como necessidade do município. Estamos provocando mudança de comportamento para mudança de hábitos, se for interrompido, os velhos hábitos retornam. Perguntou a Sra. Viviane o prazo para entrar em funcionamento e ela disse que não pode precisar. Deu como exemplo o processo que o Sr. Marcio Paulo está elaborando, foi para a quarta revisão, cada uma demora de 15 a 20 dias. São análises com diferentes interpretações que precisam ser alinhadas. O presidente disse que precisamos ter a expectativa para ter diligência sobre os processos públicos, que são demorados e rigorosos, não podemos caprichar que são difíceis e complicados, mas que precisamos encontrar estratégias para solucionar as questões. O assunto foi iniciado em fevereiro e até agora não foi resolvido, é preciso ter o compromisso de ler o processo e fazer o acompanhamento, ele segue um rito. Para o do Rio Macuco, houve relatório de alagamento da Defesa Civil, constando urgência. Apesar da Procuradoria ter seu tempo, tem nos ouvido. Sr. Marcio Paulo disse que é preciso ir até lá e conversar pessoalmente. Sra. Vivian perguntou como pode colaborar, os conselheiros têm responsabilidade, mas os da Sociedade Civil têm restrição de participação. O presidente respondeu que colaboram no questionamento das atas, processos, são fiscais e espera que seja assim. Ela perguntou se consta nos projetos lidos pelo Departamento Jurídico que o Conselho aprovou, Sr. Fernando respondeu que sim, a ata é anexada. O presidente completou dizendo que a máquina tem um processo burocrático e os recursos estaduais e

federais são extremamente difíceis por isso. Por essa razão, a importância de utilizar o fundo do meio ambiente em bons projetos, sem deixar passar o tempo para tomar as providências. No Conselho não há um membro do jurídico, mas pode ser convidado para alguma reunião, o processo tem que caber na lei e ele é a defesa do município e do cidadão. Sra. Viviane explicou que o processo de desassoreamento tem mais de três anos, foi encerrado e o atual, para contratação, foi aberto recentemente e toda vez, no mesmo período do ano, a conversa se repete, precisamos discutir isso com a equipe, não com o Conselho. O presidente disse que eles têm direito de se posicionar, mas agora está em nossas mãos, vamos fazer o melhor. Ela completou dizendo que entrou como processo normal, com outorga e como tem problema de alagamento, entrou como obra de emergência. Após ser aberto outro para contratação, não aconteceu outro fenômeno natural de alagamento e estacionou. O presidente explicou que o solicitado por ele é a localização e detalhes sobre o processo. Sr. Fernando informou que ainda não passou para reserva, e vai conversar com o Sr. Ernesto. Sobre o projeto Condomínio Sustentável, o presidente solicitou a Sra. Viviane que apresente ao Conselho o tempo de estimativa e ela respondeu que vai mandar o trâmite para os membros e que o valor ainda não foi deliberado. A Concidadania apresentou o valor de R\$ 215 mil, ela sugeriu R\$ 250.000, inserindo mais palestras e o valor final será definido de acordo com o vencedor da licitação. Sr. Fernando disse que o edital sai com o teto máximo e ganha o de menor valor. Sr. Marcio Paulo explicou que a proposta contempla plano de trabalho, custeio e o menor valor é um critério de desempate, não de classificação. Quando à deliberação, colocamos aos conselheiros e se for preciso convidamos outros técnicos, como a Delis, para esclarecimentos. Em seguida, Sr. Marcio Paulo explicou que o projeto Pescador Ecológico trata da demanda do descarte de flutuantes, inclui os municípios de Santos, Cubatão e São Vicente, e 25%, para materiais, pode ser bancado pelo Fundo Metropolitano da AGEM e nem todos os municípios tem quadro de pessoal suficiente. Sra. Patrícia perguntou se é o projeto do Sr. William apresentado no Comdema, ou parecido. O presidente explicou que já existe em outras cidades, foi encaminhado em 25 de julho para a Ecofaxina apresentar o plano de trabalho sobre área temporária, já que a área é de APP, para o descarte, e redigir o termo de cooperação, mas ele ainda não retornou. Há convênio com o ISWA assinado em 5 de junho e fizeram workshop com as ONGs. Sr. Marcio Paulo disse que a estratégia de educação ambiental com a comunidade precisa ser remunerada, com uma equipe dimensionada, de logística, para a parte de Santos. Sr. Paulo Batista apresentou o **projeto Pescador Ecológico**, que tem o objetivo de retirar os resíduos da área estuarina na Zona Noroeste, com questões de segurança por ser área de tráfico. Os projetos anteriores não tiveram sucesso, troca treco, que trocava 100 quilos de pets por cestas básicas e o Catamarã. O proposto envolve a comunidade como parceira, na área de mangue com palafitas, tentando resolver esse problema enquanto a remoção não acontece. As ecobarreiras estão previstas em cinco pontos, na Vila Casqueiro e Vila dos Pescadores e a concepção é colocar pessoas da comunidade para que os participantes tenham livre acesso à área, os coordenadores são de fora, mas os pescadores e os demais, da região. Analisaram as marés e optaram por bombonas de 50 l com tampas e inclui o mangue e embaixo das palafitas. Sr. Domingos perguntou o que as 21 pessoas farão e Sr. Paulo explicou que além dos pescadores haverá equipe na área de mangue das palafitas, em terra. Terão contentores e o material coletado vai ser comercializado, o que não for, será coletado pela coleta que já existe e o pagamento da bolsa é de acordo com a frequência de coleta, o projeto está previsto para 15 meses. Sra. Vivian perguntou se haverá balizamento de metas, isso diminuiria problemas, por experiência em planos de manejo, a bolsa verde é questionada sobre a injustiça da diferença de quantidade que cada um coleta. Sr. Paulo disse que há uma matriz de avaliação e o coordenador pode substituir a pessoa que não estiver trabalhando o esperado. E haverá métricas no desembarque. Sr. Domingos desejou sucesso, lembrando que existe outra autoridade, a dos traficantes. Sr. Marcio disse que pela lei nº 13019/2014 é obrigado haver fiscal durante a operação para reportes, ou o repasse mensal é bloqueado, se os valores e volume estão a contento, será avaliado pelo Conselho. O plano de trabalho será definido de acordo com a empresa que ganhar o edital. Sra. Patrícia disse que como é área